

Coordenação de Licitação e Contrato - **CONVITE - 018/2007**

Número do Processo: **00160.000480/2007-51**

**CNPJ: «CNPJ»**

**Firma: «RAZÃO»**

**«ENDEREÇO»**

**«BAIRRO» - «CIDADE» - «UF» CEP: «CEP»**

**TELEFONE: «TELEFONE1» - «TELEFONE2» FAX: «FAX»**

Solicitamos seja apresentada cotação para a execução dos serviços discriminados no Anexo III, devendo os envelopes contendo os documentos de habilitação da empresa e sua proposta comercial serem devolvidos até **27 de dezembro de 2007, às 10h**, à ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO, situada na Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II, ALA "A", sala 100, telefone 3411-2610, CEP: 70.150-900, Brasília-DF, ocasião em que será efetuada abertura dos mesmos.

### **1 OBJETO**

Este Convite tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação de infra-estrutura de rede lógica para a Coordenação-Geral de Documentação – CODOC, no prédio do Almoxarifado, por meio de instalação de pontos lógicos UTP, fornecimento e instalação de equipamentos comutadores de dados (switches), nobreak, patch panels, cabo UTP (Unshielded Twisted Pair – par trançado não blindado) e organizadores de cabo, além dos acessórios necessários.

**Prazo de Execução :**            dias                                    **Prazo de Validade:**            dias

**Prazo de Garantia:**

Declaramos para todos os efeitos legais, que ao apresentar esta proposta, com o preço e prazos indicados, estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas para esta Licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Carimbo e Assinatura do Responsável Legal pela Empresa.

### **2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1 Somente poderão participar deste Convite as empresas:**

**2.1.1** estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Convite e Anexos; e

**2.1.2** que estejam devidamente **CADASTRADAS** no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, ou mediante a apresentação da documentação relacionada no **subitem 3.2**, deste Convite.

**2.2 Não poderão participar deste Convite as empresas:**

**2.2.1** em processo de recuperação judicial ou falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**2.2.2** que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

**2.2.3** inadimplentes em obrigações assumidas com a Presidência da República; e

**2.2.4** estrangeiras que não funcionem no País.

**2.3** Os licitantes deverão apresentar, até a data, horário e local, previstos no preâmbulo deste Convite, dois envelopes devidamente fechados, contendo no **ENVELOPE N.º 1** a documentação comprobatória da sua habilitação solicitada no **Item 3** deste Convite e, no **ENVELOPE N.º 2** a sua proposta comercial conforme solicitado no **Item 4** deste Convite, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da sua **RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO e TELEFONE**, os seguintes dizeres:

<b>ENVELOPE N.º 1</b>	<b>ENVELOPE N.º 2</b>
Presidência da República Diretoria de Recursos Logísticos Convite n.º <b>018/2007</b> Envelope n.º 1 – <b>HABILITAÇÃO</b>	Presidência da República Diretoria de Recursos Logísticos Convite n.º <b>018/2007</b> Envelope n.º 2 – <b>PROPOSTA COMERCIAL</b>

**3 HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE N.º 1)**

**3.1** Os licitantes cadastrados no SICAF deverão incluir no **Envelope n.º 1 - HABILITAÇÃO** a seguinte documentação:

**a)** 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica – Operacional, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove a boa execução, por parte da empresa, de serviços com características similares ao objeto desta licitação.

**b)** 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove que seu RT – Engenheiro Elétrico ou Engenheiro de Redes, executou ou está executando serviços com características similares ao objeto desta licitação. O atestado deverá ser acompanhado pela respectiva Certidão expedida pelo CREA.

**c)** Certidão de Registro da empresa no CREA, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo obrigatoriamente, o registro do Responsável Técnico pela área de Engenharia Elétrica ou Engenharia de Redes.

**d)** Declaração de Vistoria fornecida pela Coordenação-Geral de Tecnologia de Rede da Presidência da República, de que o licitante vistoriou os locais onde os serviços serão executados para tomar conhecimento das reais condições de execução e esclarecimentos de dúvidas, efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias, visando garantir o fornecimento de todos os itens (equipamentos, cabos, conectores e acessórios) necessários à perfeita comunicação entre redes existente e os novos recursos e para a correta elaboração de sua proposta, não se admitindo sob nenhuma hipótese alegações posteriores.

**d.1)** A vistoria deverá ser agendada pelos telefones (61) 3411-2036 ou (61) 3411-2159, de segunda a sexta-feira, no horário comercial.

**d.2)** A vistoria deverá ser realizada até o 1º dia útil anterior a abertura do certame licitatório. Quando da realização da vistoria será fornecida a Declaração de Vistoria, que fará parte da documentação de habilitação.

**d.3)** A vistoria deverá ser realizada por funcionário pertencente ao quadro de funcionários da empresa, o qual deverá trazer declaração o autorizando a tal serviço e mencionando os dados referentes ao processo licitatório.

**e)** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º do art. 32 da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 9.648/98 e Instrução Normativa MARE n.º 5/95, republicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 1996, nos termos do modelo constante do **Anexo I** deste Convite.

**f)** Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal de menores na forma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, nos termos do Modelo constante do **Anexo II** deste Convite.

**3.1.1** A habilitação dos licitantes fica condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como da validade dos documentos cadastrais por meio de consulta "on-line" ao SICAF, no ato da abertura do certame, que serão impressos sob forma de "Declaração de Situação", que instruirá o processo, nos termos dos arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93 e Instrução Normativa MARE n.º 5, de 21 de julho de 1995.

**3.2** Os licitantes que não se encontrem cadastrados no SICAF, deverão incluir no **Envelope n.º 1 - HABILITAÇÃO** a seguinte documentação:

**a)** Prova da quitação com a RECEITA FEDERAL DO BRASIL (Certidão Conjunta), Estadual e Municipal de acordo com o disposto no art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

**b)** Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei n.º 8.036/90.

**c)** Certidão Negativa de Débito - CND relativa às contribuições sociais, fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (Lei n.º 8.212/91).

**d)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou execução patrimonial, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da licitante.

**e)** Os documentos relacionados nas letras "a", "b", "c" e "d", deverão estar dentro do prazo de validade, bem como atualizados.

**f)** 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica – Operacional, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove a boa execução, por parte da empresa, de serviços com características similares ao objeto desta licitação.

g) 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove que seu RT – Engenheiro Elétrico ou Engenheiro de Redes, executou ou esta executando serviços com características similares ao objeto desta licitação. O atestado deverá ser acompanhado pela respectiva Certidão expedida pelo CREA.

h) Certidão de Registro da empresa no CREA, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo obrigatoriamente, o registro do Responsável Técnico pela área de Engenharia Elétrica ou Engenharia de Redes.

i) Declaração de Vistoria fornecida pela Coordenação-Geral de Tecnologia de Rede da Presidência da República, de que o licitante vistoriou os locais onde os serviços serão executados para tomar conhecimento das reais condições de execução e esclarecimentos de dúvidas, efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias, visando garantir o fornecimento de todos os itens (equipamentos, cabos, conectores e acessórios) necessários à perfeita comunicação entre redes existente e os novos recursos e para a correta elaboração de sua proposta, não se admitindo sob nenhuma hipótese alegações posteriores.

i.1) A vistoria deverá ser agendada pelos telefones (61) 3411-2036 ou (61) 3411-2159, de segunda a sexta-feira, no horário comercial.

i.2) A vistoria deverá ser realizada até o 1º dia útil anterior a abertura do certame licitatório. Quando da realização da vistoria será fornecida a Declaração de Vistoria, que fará parte da documentação de habilitação.

i.3) A vistoria deverá ser realizada por funcionário pertencente ao quadro de funcionários da empresa, o qual deverá trazer declaração o autorizando a tal serviço e mencionando os dados referentes ao processo licitatório.

j) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º do art. 32 da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 9.648/98 e Instrução Normativa MARE n.º 5/95, republicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 1996, nos termos do modelo constante do **Anexo I** deste Convite.

k) Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal de menores na forma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, nos termos do Modelo constante do **Anexo II** deste Convite.

**3.3** Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou, ainda, por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência pela CPL. Não serão aceitas cópias ilegíveis, que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas por parte desta mesma CPL.

#### **4 PROPOSTA COMERCIAL (Envelope n.º 2)**

**4.1** A proposta deverá ser elaborada visando atender o descrito neste Convite, com observância dos seguintes requisitos:

**4.1.1** Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via, em papel timbrado do licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, e conter o seguinte:

- a)** a especificação clara e completa dos materiais/equipamentos/serviços oferecidos, de acordo com o **Projeto Básico - Anexo III**, sem conter alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- b)** os preços unitário e global dos materiais/equipamentos/serviços oferecidos, demonstrados por meio de **Planilha de Composição de Preços – Anexo IV**, expressos em reais (R\$), com aproximação de até duas casas decimais, sob pena de desclassificação da proposta;
- c)** o prazo de validade de no mínimo **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;
- d)** o prazo de garantia de no mínimo **1 (um) ano** para os serviços executados e de **2 (dois) anos** para os materiais e equipamentos fornecidos;
- e)** a declaração de que tem pleno conhecimento das condições da licitação e da execução dos serviços, bem como das normas técnicas e legislação que tratam do assunto;
- f)** declaração expressa de estarem incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas seguros, fretes e encargos devidos, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas incidentes na execução dos serviços;
- g)** o prazo de execução dos serviços de no máximo **30 (trinta) dias** corridos a contar da data de assinatura do Contrato
- h)** a razão social, o CNPJ, o endereço completo o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência onde deseja receber seus créditos;
- i)** os meios de comunicações disponíveis para contato, como por exemplo fac-símile, telefone, e-mail etc; e
- j)** o nome e a qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato, ou seja: Nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, estado civil, nacionalidade e profissão, informando ainda, qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar Contrato (Contrato Social ou procuração).

**4.2** Não se considerará oferta de vantagem não prevista neste Convite, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

**4.3** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante nas condições estabelecidas neste Convite e seus Anexos.

**4.4** O licitante somente poderá retirar sua proposta, mediante requerimento escrito à CPL, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

**4.5** O preço deverá ser fixo e irrevogável, sendo desclassificadas as propostas que contiverem condição de reajuste.

**4.6** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.7** Não será permitida a subcontratação total dos serviços objeto desta licitação.

**4.8** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

## **5 REUNIÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**5.1** As reuniões da CPL serão públicas e acessíveis ao público, salvo quanto ao conteúdo das Propostas, até a respectiva abertura, presentes seus membros e os representantes dos licitantes, desenvolvendo-se os trabalhos de acordo com as reuniões e fases estabelecidas nos **subitens 5.2 e 5.3**.

**5.1** A CPL reserva-se ao direito de alterar as datas ou as pautas das reuniões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas aplicáveis.

**5.2** A primeira fase da reunião de abertura, a realizar-se no dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Convite, terá em pauta o seguinte:

**a)** Receber os **Envelopes n.º 1 – HABILITAÇÃO** e **n.º 2 – PROPOSTA COMERCIAL**.

**b)** Colher as assinaturas dos licitantes na lista de presença, oportunidade na qual o Presidente da CPL encerrará a fase de recebimento, após o que nenhuma documentação será aceita.

**c)** Proceder à abertura do **Envelope n.º 1 – HABILITAÇÃO**, submetendo a documentação ao exame dos representantes.

**5.2.1** O Presidente da CPL solicitará aos licitantes, ou a uma Comissão pelos mesmos nomeada, que rubrique todas as folhas contidas no **Envelope n.º 1 – HABILITAÇÃO** e formulem, se for o caso, impugnações relativamente às documentações ou protestos quanto ao transcurso do Convite, para que conste na ata da reunião.

**5.2.2** Caso a segunda fase da reunião não ocorra logo após à primeira, o **Envelope de n.º 2 – PROPOSTA COMERCIAL** será rubricado em seu fecho pelo Presidente da CPL e pelos licitantes, ou pela Comissão pelos mesmos nomeada, e permanecerá fechado sob a guarda e responsabilidade da CPL.

**5.3** Em ato contínuo, caso a CPL possa apreciar e decidir de imediato sobre a habilitação dos licitantes, terá início a segunda fase da reunião, com a seguinte pauta:

a) Informar aos licitantes o resultado do julgamento da habilitação, anunciando as empresas julgadas habilitadas e devolvendo às inabilitadas, sem abri-los, mediante contra recibo, o **Envelope n.º 2 – PROPOSTA COMERCIAL** e colocando à disposição dos licitantes, para exame, a documentação anteriormente examinada pela CPL.

b) Havendo desistência expressa de todas os licitantes do direito de recorrer, em relação à fase de habilitação proceder à abertura do **Envelope n.º 2 – PROPOSTA COMERCIAL** dos licitantes habilitados, fazendo rubricar as folhas pelos membros da CPL e pelos licitantes ou por Comissão, pelos mesmos nomeada.

**5.3.1** Caso a segunda fase da reunião não ocorra logo após a primeira, o resultado da habilitação será comunicado aos licitantes, pela internet através do site [www.presidencia.gov.br/licitacoes](http://www.presidencia.gov.br/licitacoes), juntamente com a data, hora e local para abertura dos envelopes contendo as propostas.

**5.4** Os questionamentos a serem consignados em ata deverão ser apresentados por escrito, até o final de cada reunião.

## **6 JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES**

**6.1** Aberta e rubricada a documentação habilitatória, a CPL poderá julgá-las em outra reunião, se assim achar conveniente.

**6.2** Será inabilitado o licitante em cuja “Declaração de Situação”, impressa no ato da consulta “on-line” ao SICAF, constar qualquer Documentação Obrigatória com prazo de validade vencido, ou estar suspenso ou inativo o seu Cadastro e deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo com vícios ou defeitos, bem como não atender às condições para habilitação previstas neste Convite.

## **7 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**7.1** Abertas, rubricadas e lidas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá julgá-las em outra reunião, se assim achar conveniente.

**7.2** Para o julgamento deste Convite a Comissão adotará o critério de **menor preço global**, de acordo com o inciso I do § 1º do art. 45 da Lei n.º 8.666/93.

**7.3** A Comissão Permanente de Licitação desclassificará as propostas que:

a) Não atenderem às exigências contidas neste Convite ou imponham condições não previstas neste mesmo ato convocatório.

b) Apresentarem preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ser demonstrado sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos que o compõem são coerentes com os de mercado.

**7.3.1** A CPL, antes de desclassificar qualquer proposta por preço manifestamente inexeqüível, intimará o proponente para que apresente, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da intimação, a composição de custos e promoverá diligência, mediante verificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado.

**7.4** As propostas classificadas serão colocadas em ordem crescente do preço cotado, sendo melhor classificada a proposta com o **menor preço global**.

**7.5** Caso existam propostas com o mesmo preço, o empate será desfeito nos termos do § 2º do art. 45 da Lei n.º 8.666/93.

**7.6** Esgotado o prazo legal, sem a interposição de recurso contra a decisão da CPL que julgou as propostas, o processo da licitação será submetido a Diretora de Recursos Logísticos da Presidência da República, para homologação.

## **8 RECURSOS ADMINISTRATIVOS/IMPUGNAÇÕES**

**8.1** Todo licitante é parte legítima para impugnar o presente Convite por irregularidade, sendo que, qualquer pedido de impugnação deverá ser protocolado até o dia **24 de dezembro de 2007**, de segunda a sexta-feira, **das 9h às 12h ou 14h às 17h**, na Assessoria Técnica de Licitação, situada na sala 102, do Anexo II, ALA "A", do Palácio do Planalto, nesta Capital.

**8.2** Eventuais recursos referentes à presente licitação deverão ser interpostos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o conhecimento da decisão correspondente, em petição escrita dirigida à CPL e protocolada no endereço mencionado no **subitem 8.1** deste Convite.

**8.3** Interposto o recurso, o fato será comunicado aos demais licitantes, que terão prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para impugná-lo.

**8.4** Recebida a impugnação do recurso de que trata o subitem anterior, ou esgotado o prazo para tanto, a CPL poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, e respectiva impugnação a Diretora de Recursos Logísticos da Presidência da República, que decidirá em 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento.

**8.5** Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal.

**8.6** Será franqueada aos interessados, desde a data de publicidade deste Convite, vista ao processo desta licitação, na Assessoria Técnica de Licitação situada na Sala 102, do Anexo II, ALA "A", do Palácio do Planalto, no horário de **9h às 12h ou 14h às 17h**.

**8.7** Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e julgamento de propostas terão efeito suspensivo, podendo a CPL, motivadamente e, havendo interesse para a Presidência da República, atribuir efeito suspensivo aos recursos interpostos contra outras decisões.

## **9 CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

**9.1** Findo o processo licitatório, o licitante vencedor e a Presidência da República celebrarão o Contrato, nos moldes da minuta constante do **Anexo V**, deste Convite.



**9.2** Deverá o licitante vencedor, antes da celebração do Contrato, dentro do prazo de até 10 (dez) dias, regularmente convocado:

**9.2.1** Apresentar à Coordenação-Geral de Tecnologia de Rede – COTER da Presidência da República, por escrito, para fins de credenciamento junto à Assessoria de Segurança da Presidência da República, relação nominal de todos os empregados e dirigentes da empresa que terão acesso ao local onde os serviços serão executados, contendo, obrigatoriamente as seguintes informações:

- Nome completo, endereço, cópia da carteira de identidade, cópia da carteira de trabalho comprovando obrigatoriamente o vínculo empregatício, de todos os seus funcionários, que terão acesso ao local dos serviços e 2 (duas) fotos 3 x 4.
- Placas dos veículos que serão utilizados, devendo, ainda preencher o respectivo formulário de credenciamento junto à Assessoria de Segurança da Presidência da República, dando-se conhecimento igualmente das alterações porventura advindas de substituições, exclusões ou inclusões.

**9.3** Aprovado o efetivo pela Coordenação-Geral de Tecnologia de Rede – COTER da Presidência da República e realizado o credenciamento, o licitante vencedor, regularmente convocado, terá o prazo de 5 (cinco) dias para receber a Nota de Empenho e assinar o Contrato.

**9.4** Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo de 5 (cinco) dias, regularmente convocado, para receber a Nota de Empenho e assinar o Contrato, ensejará a aplicação da multa prevista na **letra “a” do subitem 15.1** deste Convite.

**9.4.1** Em caso de o licitante vencedor não assinar o Contrato e não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, reservar-se-á à Presidência da República, o direito de convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas, para o licitante vencedor, neste Convite.

**9.5** Até a assinatura do Contrato a proposta do licitante vencedor poderá ser desclassificada se a Presidência da República tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

**9.6** Ocorrendo a desclassificação da proposta do licitante vencedor por fatos referidos no subitem anterior, a Presidência da República poderá convocar os licitantes remanescentes observando o disposto no **subitem 9.4.1** deste Convite.

**9.7** O Contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

**9.8** Por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela participação no processo licitatório, poderão ser aplicadas ao licitante vencedor, as penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e no Contrato a ser firmado entre as partes.

**9.9** A associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e com o consentimento prévio e por escrito da Presidência da República e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

## **10 RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1 Caberá ao licitante vencedor:**

- a)** Manter o seu pessoal, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências da Presidência da República, devidamente uniformizado, calçado limpo e identificado por crachá fornecido pela mesma.
- b)** Iniciar os trabalhos somente após a apresentação da ART dos serviços a serem executados.
- c)** Executar todos os trabalhos por mão-de-obra qualificada, sendo obrigatório o uso de uniformes e equipamentos de segurança individual (EPI), devendo o licitante vencedor estar ciente das normas técnicas da ABNT correspondente aos serviços objeto desta licitação.
- d)** Manter os locais dos serviços sempre limpos e desobstruídos, principalmente após a execução dos serviços, sendo que todos os entulhos deverão ser removidos após cada dia de serviço. Os entulhos deverão ser acondicionados em recipientes próprios, fora do edifício, que deverão ser removidos tão logo estejam cheios.
- e)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados aos equipamentos, instalações, patrimônios e bens, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se também os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.
- f)** Arcar com as despesas de obrigações trabalhistas, custos fiscais, despesas decorrentes de acidente de trabalho, uniformes, materiais diversos e de acabamento e qualquer serviço especializado ou não especializado que seja necessário à perfeita e completa execução dos serviços.
- g)** Executar todos os serviços, bem como o fornecimento de todos os materiais/equipamentos necessários à perfeita execução do projeto.
- h)** Substituir, imediatamente, qualquer empregado seu que a Coordenação-Geral de Tecnologia de Rede da Presidência da República, julgar necessário.
- i)** Fornecer além da mão-de-obra, todo o material/equipamentos e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte, não cabendo responsabilidade à Presidência da República, por danos, perdas e/ou desvio de qualquer tipo de material do licitante vencedor, deixados no local dos serviços durante à execução dos mesmos.
- j)** Empregar somente materiais novos e de primeira qualidade, compatíveis com os especificados, não se admitindo sob qualquer hipótese, material defeituoso, fora de padrão ou de qualidade duvidosa. Nenhum material de instalações ou de acabamento deverá ser adquirido ou aplicado sem anuência expressa da Presidência da República.

k) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste Convite.

l) Fazer o lançamento, conectorização e teste dos cabos.

m) Realizar testes e certificação de perfeita comunicação entre equipamentos novos, os já existentes no local e o Palácio do Planalto.

n) Dispor de todo ferramental necessário à boa execução dos serviços.

o) Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Convite.

p) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Presidência da República.

q) Prestar esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

r) Prever a execução de todos os serviços necessários à perfeita execução.

## **10.2 Caberá à Presidência da República:**

a) Fornecer crachá de identificação aos empregados da licitante vencedora, de uso obrigatório, para acesso às dependências da Presidência da República.

b) Permitir o livre acesso dos empregados do licitante vencedor às instalações da Presidência da República, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente identificados e exclusivamente para execução dos serviços.

c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor com relação ao objeto desta licitação.

d) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços.

e) Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.

## **11 VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**11.1** – O Contrato para prestação dos serviços objeto deste Convite terá duração de **45 (quarenta e cinco) dias** a contar da data de assinatura do Contrato, admitida prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos previstos no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

## **12 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** Os recursos necessários ao atendimento das despesas, correrão à conta do **Programa de Trabalho**: 04.122.0750.2000.0001 – **Natureza da Despesa**: 3390.39.

## **13 FISCALIZAÇÃO**

**13.1** A Presidência da República nomeará um Gestor titular e um substituto, para executar a fiscalização da execução dos serviços, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao licitante vencedor, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**13.2** A existência e a atuação da fiscalização pela Presidência da República em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva do licitante vencedor, no que concerne a execução do objeto licitado.

## **14 PAGAMENTO**

**14.1** O pagamento será creditado em nome do licitante vencedor, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicado ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Convite, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto pelo Gestor do Contrato nos documentos hábeis de cobrança.

**14.1.1** O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o licitante vencedor efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**14.1.2** Para execução do pagamento de que trata os **subitens 14.1** e **14.1.1**, o licitante vencedor deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da Secretaria de Administração da Presidência da República, CNPJ n.º 00.394.411/0001-09, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

**14.1.3** Caso o licitante vencedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**14.1.4** A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pelo licitante vencedor, diretamente ao gestor da prestação dos serviços, que somente atestará a execução dos serviços/fornecimento dos materiais e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pelo licitante vencedor, todas as condições pactuadas.

**14.2** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor, pelo gestor da prestação dos serviços e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Presidência da República.

**14.3** No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido do licitante vencedor, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida no **subitem 14.1**, até a data do efetivo pagamento, pelo **IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo**, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [ (1 + IPCA/100)^{N/30} - 1 ] \times VP, \text{ onde:}$$

**IPCA** = Percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa.

**AF** = Atualização financeira.

**VP** = Valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.e

**N** = Número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.

**14.4** O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade do licitante vencedor junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pela Presidência da República ou mediante a apresentação da documentação obrigatória RECEITA FEDERAL DO BRASIL (Certidão Conjunta), FGTS e INSS, devidamente atualizada.

**14.5** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos ao licitante vencedor, para as correções solicitadas, não respondendo a Presidência da República por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.

**14.6** Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à Presidência da República, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade do licitante vencedor o prejuízo decorrente de pagamento incorreto devido a falta de informação.

**14.7** O pagamento efetuado pela Presidência da República não isenta o licitante vencedor de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

## **15 SANÇÕES**

**15.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, sem justificativa aceita pela Diretoria de Recursos Logísticos da Presidência da República, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

**a)** Multa compensatória de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, na hipótese de recusa injustificada do vencedor em assinar o Contrato, aceitar e retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após regularmente convocada.

**b)** Multa de mora, no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, a ser calculada sobre o valor da parcela que der causa, até o limite de 30 (trinta) dias, caracterizando inexecução parcial.

**c)** Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela que der causa, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo.

**d)** Advertência.

**e)** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Presidência da República por prazo de até 2 (dois) anos.

**f)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes decorrido o prazo da sanção aplicada.

**15.2** A aplicação das sanções previstas neste Convite não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n.º 8.666/93, inclusive responsabilização do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**15.3** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Presidência da República.

**15.4** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente na Presidência da República, em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**15.5** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato d Diretora de Recursos Logísticos da Presidência da República, devidamente justificado.

**15.6** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**15.7** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

## **16 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1** A Presidência da República poderá cancelar de pleno direito a Nota de Empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa quando este:

**a)** vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;

**b)** for envolvido em escândalo público e notório;

**c)** quebrar o sigilo profissional;

**d)** utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e as quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais e que contrariem as condições estabelecidas pela Diretoria de Recursos Logísticos da Presidência da República; e

**e)** na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

**16.2** A Presidência da República poderá por despacho fundamentado da Diretoria de Recursos Logísticos da Presidência da República e até o recebimento da Nota de Empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade do licitante.

**16.3** A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

**16.3.1** A nulidade do procedimento licitatório induz à do Contrato, sem prejuízo do disposto no § único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93.

**16.4** A Presidência da República providenciará a publicação resumida do Contrato a ser firmado, em decorrência desta licitação, no Diário Oficial da União, no prazo estipulado no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

**16.5** As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

**16.6** A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Convite, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**16.7** Havendo indícios de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Presidência da República comunicará os fatos verificados à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal, para as providências devidas.

**16.8** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no art. 93 da Lei n.º 8.666/93.

**16.9** O licitante inabilitado deverá retirar sua proposta, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação do ato. Decorrido este prazo, sem que a proposta seja retirada, a Presidência da República providenciará a sua destruição.

**16.10** É facultada à CPL ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços.

**16.11** Farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições previstas neste Convite e na proposta do licitante que vier a ser consagrado vencedor deste certame.

**16.12** As questões decorrentes da execução deste Convite, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.13** Integram este Convite os seguintes anexos:

- a) **Anexo I** – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente.
- b) **Anexo II** – Declaração de Mão-de-Obra de Menores.
- c) **Anexo III** – Projeto Básico.
  - c1 **Apêndice I** – Superior Almoxarifado
  - c2 **Apêndice II** – Superior CODOC
  - c3 **Apêndice III** – Térreo Almoxarifado
  - c4 **Apêndice IV** – Térreo - CODOC, SUPAR e Almoxarifado
- d) **Anexo IV** - Planilha de composição de Preços.
- e) **Anexo V** – Minuta de Contrato.

**16.14** Este Convite será fornecido pela Presidência da República a qualquer interessado, no protocolo da Presidência da República, situado na Portaria Principal dos Anexos ao Palácio do Planalto, nesta Capital, devendo para isso o mesmo recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de **R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos)**, por meio de **Guia de Recolhimento da União – GRU**, em nome da Secretaria de Administração da Presidência da República, a ser emitida através do site [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br), **Unidade Favorecida:** 110001 – **Gestão:** 00001, **Código do Recolhimento nº** 18837 - 9 e gratuito na internet através dos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.presidencia.gov.br/licitacoes](http://www.presidencia.gov.br/licitacoes).

**16.15** Esclarecimentos sobre este Convite serão prestados pela CPL e poderão ser obtidos até às 17h do dia **24 de dezembro de 2007**, mediante solicitação por escrito, protocolada de Segunda a Sexta-feira, das **9h às 12h ou 14h às 17h**, na Assessoria Técnica de Licitação, situada na sala 102, térreo do Anexo II, ALA “A” do Palácio do Planalto, nesta Capital, pelo fax n.º (61) 3321-1530, ou (61) 3411-3425, ou ainda, pelo e-mail [cpl@planalto.gov.br](mailto:cpl@planalto.gov.br), não sendo aceito, em nenhuma hipótese, o encaminhamento de outra forma.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2007.

**GILSON CAMPOS SOARES**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**MEMBROS**

**NILO GIRIBONE DE CASTRO**

**GUSTAVO MENDES DA SILVA NETTO**



**ANEXO I**

**CONVITE Nº 018/2007**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_  
**(Nome da Empresa)**

sediada à \_\_\_\_\_  
**(Endereço Completo)**

declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

\_\_\_\_\_  
**(Nome completo do declarante)**

\_\_\_\_\_  
**(Nº da CI do declarante)**

\_\_\_\_\_  
**(Assinatura do declarante)**

ANEXO II

CONVITE Nº 018/2007

DECLARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE MENORES

\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa)

sediada à \_\_\_\_\_  
(Endereço Completo)

por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_,  
portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,  
acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito)  
anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos na condição de aprendiz.

a) Sim (    )

b) Não (    )

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do declarante)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do declarante)

ANEXO III

CONVITE Nº 018/2007

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Serviço de implantação de infra-estrutura de rede lógica para a Coordenação-Geral de Documentação – CODOC, no prédio do Almoxarifado, por meio de instalação de pontos lógicos UTP, fornecimento e instalação de equipamentos comutadores de dados (*switches*), nobreak, *patch panels*, cabo UTP (*Unshielded Twisted Pair* - par trançado não-blindado) e organizadores de cabo, além dos acessórios necessários.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada para executar serviços de implantação de infra-estrutura de rede lógica para a Coordenação-Geral de Documentação – CODOC visa estabelecer o ambiente técnico básico para a instalação de recursos computacionais e de telefonia, propiciando conexão dos mesmos às redes existentes na Presidência da República, de forma a atender demanda dessa Coordenação.

3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados conforme os procedimentos e as especificações dos materiais descritos nos itens a seguir.

3.1. Instalação da Rede Lógica de Dados do Galpão

	Pontos de rede	Line Cord	Patch Cord	Guia de cabos horizontal	Patch Panel	Switch
	94	94	94	12	6	6
<b>Totais</b>	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

3.1.1. Pontos de rede

94 (noventa e quatro) pontos de rede categoria 6 deverão ser instalados a partir do *rack* atualmente instalado, conforme o *layout* em anexo.

3.1.2. Características da instalação

Toda a infra-estrutura de rede de descida ou subida será feita através de canaletas de PVC (*policloreto de vinila*) e as caixas onde ficarão os pontos lógicos deverão ser do tipo “de sobrepor”, fixadas nas paredes e em divisórias. Quando possível, o cabeamento UTP deverá passar pelo interior das divisórias (não havendo necessidade das canaletas de PVC) e o conector RJ-45 fêmea colocado diretamente no rodapé (não havendo necessidade da caixa de sobrepor).

Os pontos de dados deverão ser implementados com cabo de par trançado não-blindado UTP, categoria 6, com disponibilização de uma saída modular RJ-45, para conexão das estações de trabalho, e convergindo para o Distribuidor Horizontal, em painel de distribuição *patch panel* de dados a ser instalado, com saída modular RJ-45 categoria 6.

A interligação física deverá ser realizada através de eletrodutos e canaletas de eletrocalhas galvanizadas, a serem lançadas sobre a laje ou o forro.

No *rack* (já existente) deverão ser instalados os equipamentos centrais de conectividade necessários, tais como *patch panels* e guias de cabos para distribuição horizontal dos pontos de dados.

Deverá ser feita uma revisão da instalação existente, ou seja, em todas as salas os eletrodutos sem uso deverão ser retirados, os que estão soltos deverão ser presos, e os petroletes sem tampa ou abertos deverão ser fechados.

Todos os pontos de rede, antigos e novos deverão ser identificados nas tomadas e nos *patch panels*.

O *rack* atualmente em uso deverá ser organizado e documentado.

O *rack* atualmente em uso deverá ser aterrado, constituindo esse aterramento a ligação, a ser feita pela empresa contratada, à estrutura de aterramento existente.

Deverá ser provido pela empresa contratada isolamento do rack por meio de divisórias de 2,5 m de altura, com as dimensões aproximadas de 2,20 x 1,30 metros, com porta de acesso e 03 chaves. Para permitir a ventilação, a estrutura deverá ter o teto vazado.

Todas as conexões entre as eletrocalhas metálicas e os eletrodutos galvanizados ou canaletas de PVC ou divisórias deverão ser feitas com *colpex*.

Para o acesso à parte de cima do forro de PVC no almoxarifado superior, a empresa contratada deverá construir “tampas de visita” neste forro, que deverão ser fechadas com os frisos de mesmo material próprios para essa finalidade. Nas localidades onde o forro é de gesso, havendo necessidade, deverá ser adotado procedimento semelhante.

A configuração de pinagem a ser adotada deverá seguir a norma EIA/TIA 568 A, para as tomadas e painel de telecomunicação;

Atualmente os cabos UTP são levados do *rack* a uma caixa de distribuição, no teto do galpão do almoxarifado, através de um eletroduto de 02” (duas polegadas). Com o aumento da densidade de cabos, deverá ser lançada uma eletrocalha para essa finalidade, a qual receberá tanto os cabos novos como os atualmente instalados. Isto é, o eletroduto existente será desinstalado e a parede deverá ser recomposta. A taxa de ocupação da eletrocalha não deverá exceder 60 %.

A condução dos cabos da caixa de distribuição acima do *rack* até a entrada no forro de PVC do almoxarifado superior deverá ser feita através de duas eletrocalhas, uma entrando na sala “Imóveis funcionais” e outra na sala “Chefe” (ver apêndices).

A condução dos cabos da caixa de distribuição acima do *rack* até a entrada dos forros na Coordenação – Geral de Documentação (CODOC) – Superior e Coordenação – Geral de Documentação (CODOC) – Inferior poderá ser feita através de eletrocalha ou eletroduto; e o melhor caminho para chegar aos pontos deverá ser acordado com a Presidência da República.

A condução do cabo que atenderá ao ponto isolado no galpão do almoxarifado deverá ser feita através de eletroduto galvanizado ¾" (três quartos de polegada).

Os 03 *patch panels* atualmente em uso (dois com 16 conectores e um com 2 conectores) deverão ser substituídos.

### **3.2. Equipamentos e acessórios**

Seis (06) switches deverão ser fornecidos e instalados possuindo as seguintes características (A proposta comercial deverá informar o fabricante e o modelo do switch ofertado):

- A ser fixado no rack (19").
- Deverá ocupar um máximo de 1 (uma) U (Rack Unit).
- Mínimo de 24 (vinte quatro) portas RJ45 10/100BaseTX auto-sensitivas.
- Mínimo de 02 portas (02 pares) 1000BaseSX.
- As portas FastEthernet 10/100 deverão operar em 'half duplex' e 'full duplex'.
- Implementar o protocolo IEEE 802.3af (PoE – Power over Ethernet) em todas as portas RJ45.
- Implementar o protocolo IEEE 802.1d (STP – Spanning-Tree Protocol).
- Implementar o protocolo IEEE 802.1p (Layer 2 CoS).
- Implementar o protocolo IEEE 802.1q (VLAN).
- Implementar o protocolo IEEE 802.1x.
- Implementar o protocolo IEEE 802.3ad (LACP – Link Aggregation Control Protocol).
- Implementar o protocolo Syslog.
- Implementar o NTP (Network Time Protocol) ou SNTP (Simple Network Time Protocol).
- Implementar autenticação RADIUS.
- Suportar gerenciamento SNMP, MIB II no mínimo.

- Implementar "Port Security", onde o acesso a uma porta é permitido apenas a determinado endereço MAC previamente configurado.
- Deverá suportar os seguintes grupos RMON: history, statistics, alarms e events.
- Gerenciamento através de porta Console, HTTP e Telnet.
- Gerenciamento protegido por senha.
- Implementar espelhamento de portas, permitindo que se visualize o tráfego de qualquer porta do chassi através de um analisador de protocolos conectado a qualquer outra porta.
- Deverá ser contemplada uma garantia mínima de 24 (vinte quatro) meses contra defeitos de fabricação.
- Armazenamento de, no mínimo, 6.000 (seis mil) endereços MAC.
- Possuir uma capacidade de encaminhamento mínima de 3 (três) Mpps.
- Possuir um backplane mínimo de 4 (quatro) Gbps (Switch Fabric Bandwidth).
- Possuir fonte de alimentação interna com seleção automática de voltagem, operando entre 110 e 220 VAC e entre 50 e 60 Hz de frequência.

06 (seis) *patch panels* deverão ser fornecidos e instalados para conectorização dos pontos de rede, com as seguintes características:

- Categoria 6.
- 24 portas RJ-45.
- O padrão de conexão deverá seguir a norma EIA/TIA 568A.
- Largura de 19 ", para fixação no *rack*.
- Altura de 1 U.

12 (doze) guias de cabos horizontal, com as seguintes características:

- Deverá ser do tipo fechada.
- Deverá ser fornecido na cor preta.
- Deverá possuir 1U de altura.
- Deverá ser no padrão de 19" (*dezenove polegadas*).
- Deverá acompanhar um kit com 04 (quatro) parafusos e porcas do tipo "gaiola".

94 (noventa e quatro) *patch cords* e 94 (noventa e quatro) *line cords* deverão ser fornecidos para ativação dos pontos destinados a dados, com as seguintes características:

- Cabos UTP categoria 6 na cor azul terminados em RJ-45.
- Pinagem direta.
- Capa injetada antitorção.
- Os *patch cords* deverão possuir um comprimento mínimo de 1,5 m.
- Os *line cords* deverão possuir um comprimento mínimo de 3,0 m.

Canaletas de PVC com as seguintes características:

- Norma: DIN (Deutsches Institut für Normung - Instituto Alemão de Normalização)
- Material: PVC rígido
- Resistência à tração: 3,6 a 6,3 Kg/mm<sup>2</sup>
- Resistência a impacto: 2,1 kg/cm<sup>2</sup>
- Cor: branca
- Com curvas, materiais de fixação e demais acessórios, que serão embutidos nos custos necessários.

Caixa de sobrepor com as seguintes características:

- Ser fabricada em material termoplástico ABS (*Acrylonitrile Butadiene Styrene*) de alto impacto
- Possuir campo para inserir etiqueta para identificação das portas
- Cor: branca

Cabos UTP com as seguintes características:

- Pares trançados
- Norma: EIA/TIA 568
- Seção dos condutores: 24 AWG
- Taxa de transmissão: maior ou igual a 100 Mbps

- Resistência elétrica máxima do condutor: 94 W/km
- Impedância característica de 1 a 100 MHz: 100W
- Capacitância mútua máxima: 55 pF/m
- Atenuação máxima: a 1 MHz - 6,3 dB/300m  
a 10 MHz - 20 dB/300m  
a 100 MHz - 67 dB/300m
- Paradiafonia mínima: a 1 MHz - 62 dB  
a 10 MHz - 47 dB  
a 100 MHz - 32 dB
- Isolamento externo na cor azul, não propagante à chama.

Conectores RJ-45 com as seguintes características:

**Macho**

- Norma: EIA/TIA 568.
- Alojamento: 8 posições.
- Categoria 6.
- Contatos de cobre berílio com revestimento de 50 microns de ouro.
- Para condutores 24 e 26 AWG.

**Fêmea**

- Norma: EIA/TIA 568.
- Alojamento: 8 posições.
- Categoria 6.
- O padrão de conexão deverá seguir a norma EIA/TIA 568A.
- Sistema de conexão: 110 Block.
- Contatos de cobre berílico com revestimento de 50 microns de ouro
- Para condutores de 22 a 26 AWG.

Eletrodutos galvanizados com as seguintes características:



- Norma: NBR 13057/93 (que fixa condições exigíveis para encomenda, fabricação e fornecimento de eletrodutos rígidos de aço-carbono, com rosca NBR 8133, fabricados de tubos com costura, com revestimento protetor externo que tem a finalidade de proteger os condutores elétricos).
- Material: aço galvanizado.
- Classe: LI (pesado).
- Comprimento da barra: 3m.
- Espessuras das paredes:
  - 3/4" - 1,5mm
  - 1" - 1,5mm
  - 1.1/4" - 2mm
  - 1.1/2" - 2,25mm
  - 2" - 2,25mm
  - 3" - 2,65mm
- Com curvas, abraçadeiras, luvas, buchas, parafusos e demais materiais necessários, que deverão ser embutidos nos custos unitários.

Colpex com as seguintes características:

- Material: PVC corrugado.
- Flexível.
- Com todos os materiais necessários para fixação.

### **3.3. Métodos de instalação**

As instalações lógicas deverão ser feitas com o máximo esmero e ótimo acabamento, utilizando-se dos materiais de instalação especificados e acessórios como curvas, abraçadeiras, suportes, espaçadores, terminações e outros, que sejam adequados, não sendo aceitos componentes improvisados.

Os cabos deverão ser protegidos fisicamente em toda sua extensão, utilizando-se de um ou mais materiais de instalação, não devendo ser instalados expostos.

Todos os materiais de instalação deverão ser firmemente fixados às estruturas de suporte, formando conjuntos mecânicos rígidos e livres de deslocamento pela simples operação.

Todas as conexões entre eletrodutos flexíveis e calhas metálicas deverão ser feitas por *boxes* de alumínio, com buchas e arruelas.

Em hipótese alguma poderão ser utilizados para proteção dos cabos de informação lógica os mesmos dutos utilizados para proteção de fios e cabos elétricos.

Todas as partes afetadas deverão ser recompostas, ficando aqui definido que recomposição inclui as atividades de pintura, alvenaria, gesso e limpeza a serem realizadas pela empresa contratada.

### **3.4. Testes**

Após a execução dos serviços deverão ser feitos todos os testes necessários, para comprovar que as instalações estão em condições de funcionar corretamente e de acordo com as especificações e normas.

Para comprovação das condições das instalações deverão ser emitidos certificados de garantia dos serviços, descrevendo claramente os resultados, determinando os locais e apresentando os números de identificação dos pontos de rede.

Os certificados de garantia dos cabos UTP deverão ser os relatórios gerados diretamente do instrumento de teste (*Penta Scanner*).

Todos os certificados deverão conter, além dos resultados, das análises destes e da localização, as datas em que foram executados e a assinatura do engenheiro responsável pelo serviço.

## **4. PRAZO DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO, GARANTIA E PAGAMENTO**

O serviço deverá ser concluído em um período de 30 (trinta) dias corridos a contar do dia da assinatura do contrato.

Garantia mínima de 01 (um) ano para o serviço realizado e 02 (dois) anos para os materiais e equipamentos fornecidos.

O serviço será pago em uma única parcela após a conclusão e aceite do mesmo.

## **5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

De acordo com pesquisa de mercado, o custo global estimado do serviço é de R\$ 76.576,80 (setenta e seis mil quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), incluindo material e mão-de-obra, conforme a planilha de composição de preços, abaixo.

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
1	Switch com PoE	Un.	06	4.020,00	24.120,00
2	Patch Panel Categoria 6	Un.	06	672,00	4.032,00
3	Guia de cabo horizontal	Un.	12	48,00	576,00
4	Patch cord	Un.	94	10,80	1.015,20
5	Line cord	Un.	94	14,40	1.353,60
6	Materiais para infra-estrutura de dados e voz	VB	01	26.880,00	26.880,00
7	Serviço	VB	01	16.800,00	16.800,00
8	Diversos/Eventuais	VB	01	1.800,00	1.800,00
<b>Valor Total da Proposta</b>					<b>76.576,80</b>

## 6. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Os licitantes deverão **realizar vistoria** prévia do local para tomar conhecimento das reais condições de execução e para efetuarem medições e conferências visando garantir o fornecimento de todos os itens (equipamentos, cabos, conectores e acessórios) necessários à perfeita comunicação entre a rede existente e os novos recursos. Não será admitida, sob nenhuma hipótese, alegação posterior. **O funcionário que for executar a vistoria deverá trazer declaração da empresa o autorizando a tal serviço e mencionando os dados referentes ao processo de licitação.**

As visitas deverão ser agendadas através dos telefones 3411-2036 ou 3411-2159, de segunda a sexta-feira, no horário comercial. Por ocasião da visita será fornecida uma Declaração de Vistoria, que deverá integrar a proposta da licitante.

Os anexos deste projeto contêm os *layouts* dos locais onde serão realizados os serviços. A planta com informações detalhadas será fornecida à empresa vencedora.

A prestação dos serviços deverá ser rezada em contrato entre a Presidência da República e a empresa Contratada de modo que esta última terá como encargos:

Alocar funcionários contratados, de competência comprovada, bom comportamento e uniformizados. Eles deverão cumprir as normas da Presidência da República sob pena de serem substituídos caso seus comportamentos sejam julgados impróprios, pela fiscalização, ao desempenho dos serviços contratados.

Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus funcionários às instalações e aos bens patrimoniais em decorrência da execução dos serviços.

Os serviços deverão ser executados conforme as especificações deste projeto. Toda e qualquer modificação somente poderá ser feita quando solicitada pelos gestores do contrato.

Fornecer ferramentas, mão-de-obra, uniformes e materiais diversos e de acabamento, bem como a execução de qualquer serviço especializado ou não, necessário à execução completa e perfeita do objeto deste projeto.

Se for caso, deverá reparar, corrigir ou reconstruir os serviços realizados nos quais se verifiquem defeitos ou incorreções de execução.

Fazer o lançamento, conectorização e teste dos cabos.

Realizar testes e certificação de perfeita comunicação entre equipamentos novos, os já existentes no local e o Palácio do Planalto.

Os licitantes deverão apresentar comprovante de registro da empresa no CREA - Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia, com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação, contendo obrigatoriamente o registro do Responsável Técnico pela área de Engenharia Elétrica ou Engenharia de Redes.

Os licitantes deverão apresentar atestados de Capacidade Técnica Operacional e do Responsável Técnico, emitidos por Pessoas Jurídicas, que comprovem a boa execução de serviços com características e complexidades similares ao objeto da licitação. O atestado do Responsável Técnico deverá ser acompanhado pela respectiva certidão expedida pelo CREA.

A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Nota de Empenho, a relação nominal com endereço, cópia das carteiras de identidade e de trabalho, comprovando obrigatoriamente o vínculo empregatício, de todos os seus funcionários que terão acesso ao local dos serviços, bem como informar os tipos e placas dos veículos que serão utilizados, dando-se conhecimento igualmente de eventuais alterações advindas de substituições, exclusões ou inclusões.

### **6.1. Documentação**

Documentação obrigatória a ser entregue quando da finalização dos serviços deverá constar os seguintes itens:

Documentação (no formato DOC ou PDF):

- Planilha de materiais utilizados na infra-estrutura lógica e física
- Descrição técnica de todos os equipamentos fornecidos
- Descrição técnica dos principais produtos utilizados na obra de infra-estrutura
- Descrição da distribuição de pontos de rede, instalados pela empresa, nas salas e suas inter-relações com os equipamentos ativos.
- Descrição das atividades realizadas.
- Dados pessoais dos técnicos e contatos comerciais.
- Certificados exigidos no projeto
- Termos de garantia

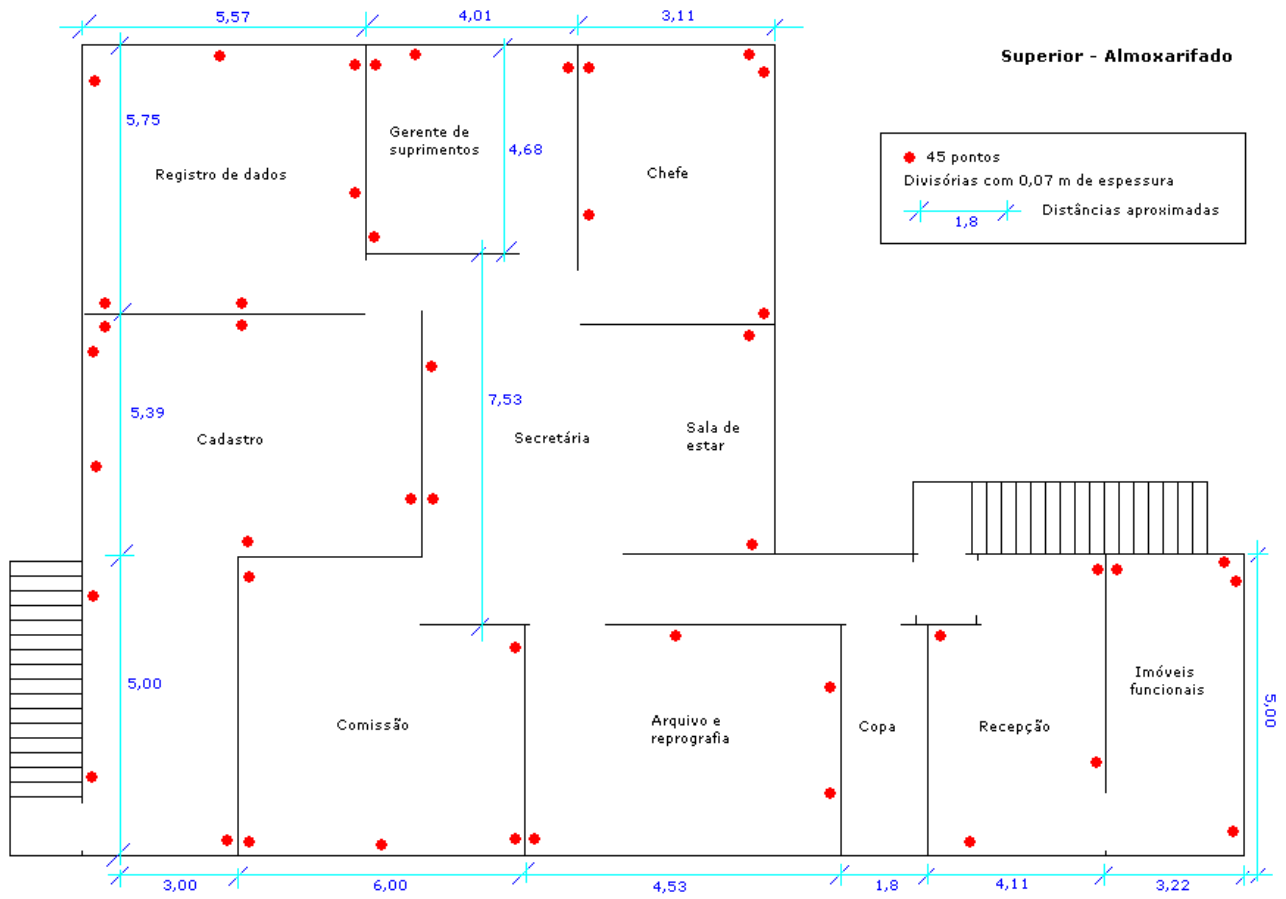
A documentação deverá ser fornecida em **meio magnético** (CD ou DVD) e **papel** (encadernado em capa única), em 02 (duas) vias, para fins de manutenções e ampliações futuras, ao gestor do contrato na Presidência da República no prazo de até 15 dias corridos após a conclusão da obra.

Brasília-DF, 13 de Novembro de 2007

---

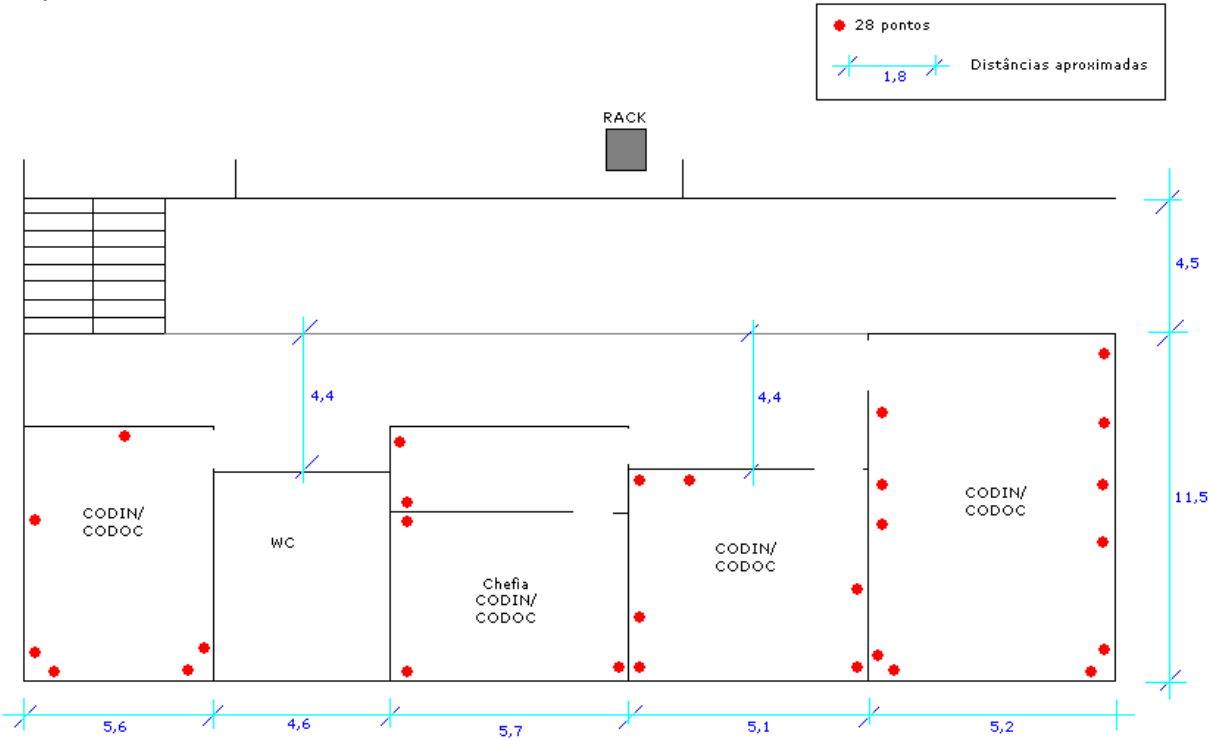
**JOSÉ GUILHERME B. ÁVILA**

APÊNDICE I  
SUPERIOR ALMOXARIFADO



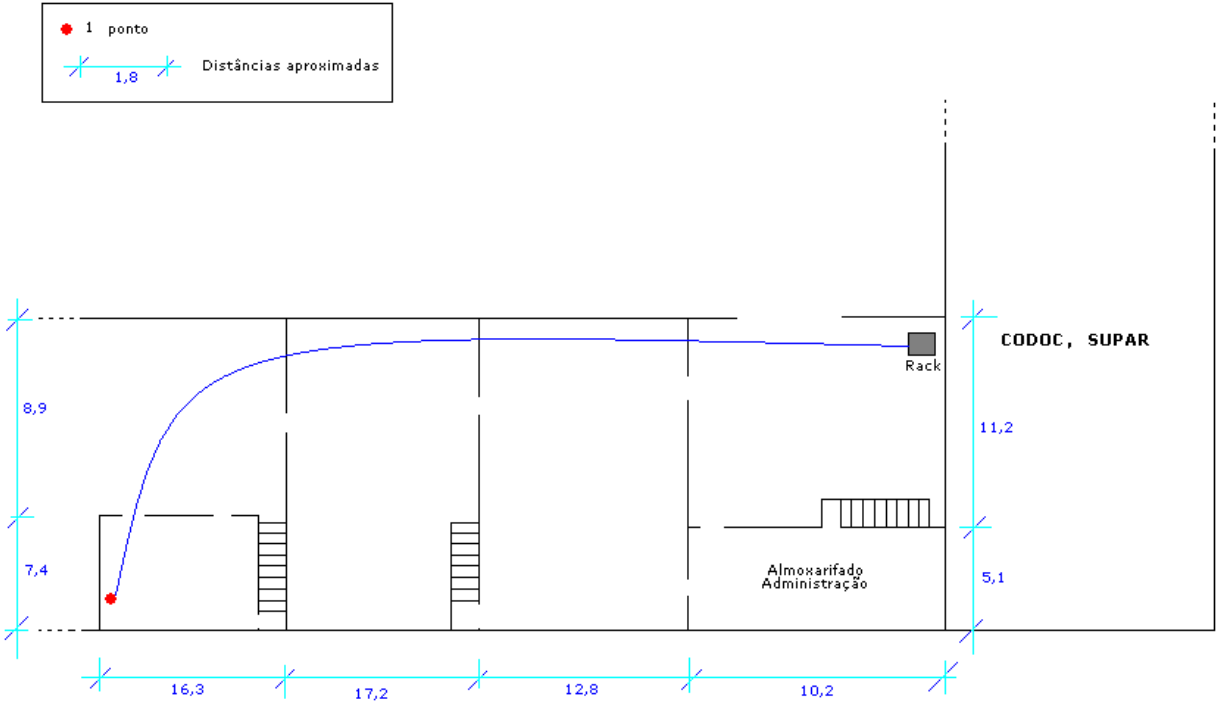
APÊNDICE II  
SUPERIOR CODOC

Superior - CODOC

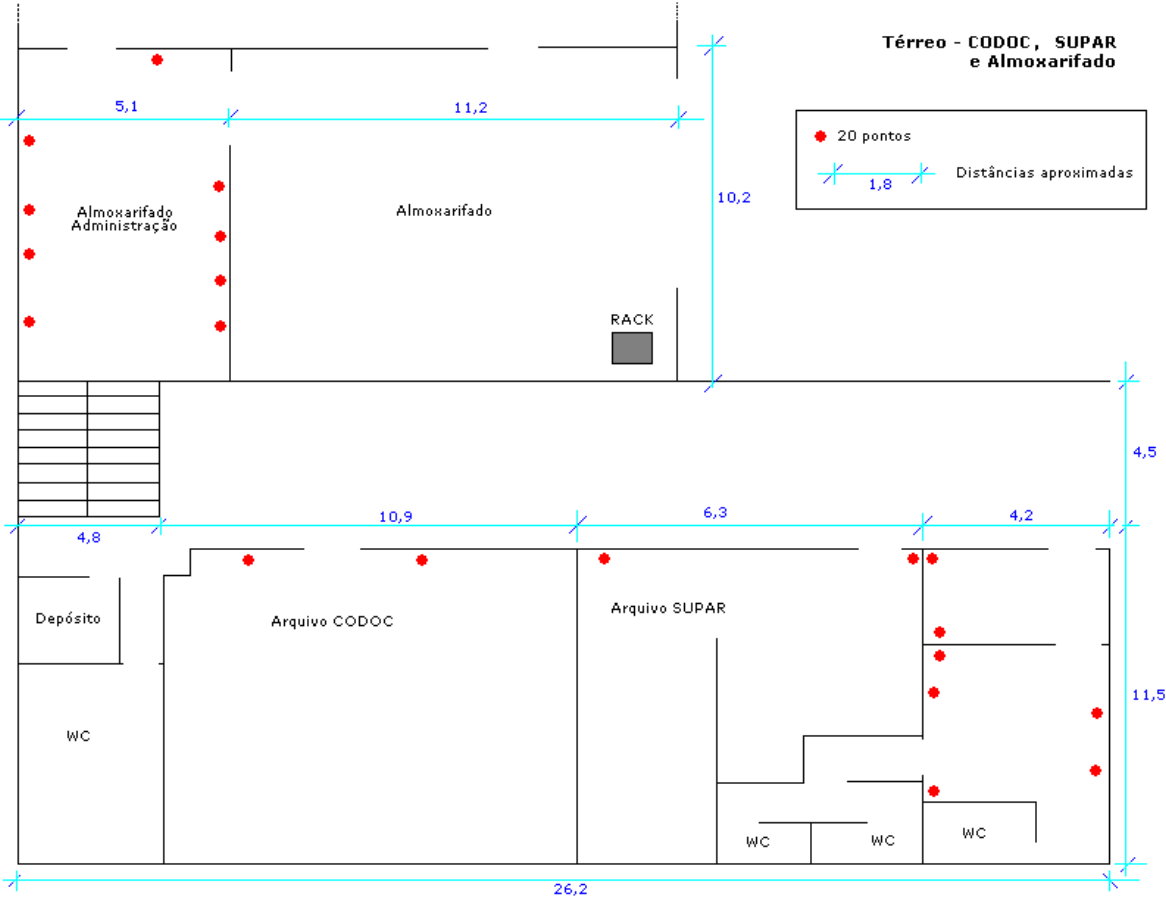


APÊNDICE III  
TÉRREO ALMOXARIFADO

Térreo - Almoarifado



APÊNDICE IV  
TÉRREO – CODOC, SUPAR e ALMOXARIFADO





**ANEXO IV**

**CONVITE Nº 018/2006**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

Item	Descrição	Unid.	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Switch com PoE	Un.	06		
2	Patch Panel Categoria 6	Un.	06		
3	Guia de cabo horizontal	Un.	12		
4	Patch cord	Un.	94		
5	Line cord	Un.	94		
6	Materiais para infra-estrutura de dados e voz	VB	01		
7	Serviço	VB	01		
8	Diversos/Eventuais	VB	01		
<b>Valor Total da Proposta</b>					

**1. OBSERVAÇÕES:**

- a) Prazo de validade de no mínimo **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- d) Prazo de garantia de no mínimo **1 (um) ano**, para os serviços realizados e **2 (dois) anos** para os materiais e equipamentos fornecidos, a contar da data de entrega e aceitação pelo Gestor do Contrato;
- c) Prazo para execução dos serviços será de até **30 (trinta) dias**, corridos, a contar da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho.

**2. DECLARAÇÕES:**

- a) Declaro que tenho pleno conhecimento das condições da licitação e da execução dos serviços, bem como das normas técnicas e legislação que tratam do assunto.
- b) Declaro expressamente estarem incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas, seguros fretes e encargos devidos, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas incidentes na execução dos serviços.

**3) DADOS DA EMPRESA:**

**EMPRESA/RAZÃO SOCIAL:**  
**ENDEREÇO:**  
**CEP:**  
**CNPJ:**  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**  
**TELEFONE:**

**FAX:**

**BANCO:**

**E-MAIL:**

**RESPONSÁVEL:**

**CPF:**

**RG:**

**CARGO:**

**NACIONALIDADE:**

**AGÊNCIA:**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do declarante)

\_\_\_\_\_  
(Nº da CI do declarante)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do declarante)

ANEXO V

CONVITE Nº 018/2006

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE  
REDE LÓGICA QUE, ENTRE SI, FAZEM A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA, E A EMPRESA  
.....

PROCESSO Nº 00160.000480/2007-51

CONTRATO Nº /2007

A **UNIÃO**, por intermédio da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pela Diretora de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração, Interina, Senhora **MARIA DE LA SOLEDAD BAJO CASTRILLO**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, CPF nº 314.755.821-53, de acordo com a competência prevista no art. 1º, da Portaria nº 539, de 25/10/2007, publicada no Diário Oficial da União de 26/10/2007, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., telefone nº (....) / fax nº (....) ....., neste ato representada pelo Senhor ....., ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... – ...../....., e do CPF nº ....., daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, acordado os termos deste Contrato, objeto do Convite nº 18/2007, consoante consta do Processo nº 00160.000480/2007-51, sujeitando-se as partes às Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de implantação de infra-estrutura de rede lógica para a Coordenação-Geral de Documentação – CODOC, no prédio do Almoxarifado, por meio de instalação de pontos lógicos UTP, fornecimento e instalação de equipamentos comutadores de dados (switches), nobreak, patch panels, cabo UTP (Unshielded Twisted Pair – par trançado não blindado) e organizadores de cabo, além dos acessórios necessários.

**Subcláusula Única** - Vinculam-se ao presente Contrato o Convite nº 18/2007, e seus anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**, os quais se constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

I - São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras assumidas neste Contrato:

- 1) Manter o seu pessoal, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências da **CONTRATANTE**, devidamente uniformizado, calçado limpo e identificado por crachá.
- 2) Iniciar os trabalhos somente após a apresentação da ART dos serviços a serem executados.
- 3) Executar todos os trabalhos por mão-de-obra qualificada, sendo obrigatório o uso de uniformes e equipamentos de segurança individual (EPI), devendo a **CONTRATADA** estar ciente das normas técnicas da ABNT correspondente aos serviços objeto deste Contrato.
- 4) Manter os locais dos serviços sempre limpos e desobstruídos, principalmente após a execução dos serviços, sendo que todos os entulhos deverão ser removidos após cada dia de serviço. Os entulhos deverão ser acondicionados em recipientes próprios, fora do edifício, que deverão ser removidos tão logo estejam cheios.
- 5) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados aos equipamentos, instalações, patrimônios e bens, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se também os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.
- 6) Arcar com as despesas de obrigações trabalhistas, custos fiscais, despesas decorrentes de acidente de trabalho, uniformes, materiais diversos e de acabamento e qualquer serviço especializado ou não especializado que seja necessário à perfeita e completa execução dos serviços.
- 7) Executar todos os serviços, bem como o fornecimento de todos os materiais/equipamentos necessários à perfeita execução do projeto.
- 8) Substituir, imediatamente, qualquer empregado seu que a Coordenação–Geral de Tecnologia de Rede da **CONTRATANTE**, julgar necessário.
- 9) Fornecer além da mão-de-obra, todo o material/equipamentos e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte, não cabendo responsabilidade à **CONTRATANTE**, por danos, perdas e/ou desvio de qualquer tipo de material da empresa, deixados no local dos serviços durante à execução dos mesmos.
- 10) Empregar somente materiais novos e de primeira qualidade, compatíveis com os especificados, não se admitindo sob qualquer hipótese, material defeituoso, fora de padrão ou de qualidade duvidosa. Nenhum material de instalações ou de acabamento deverá ser adquirido ou aplicado sem anuência expressa da **CONTRATANTE**.
- 11) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste Convite.
- 12) Fazer o lançamento, conectorização e teste dos cabos.
- 13) Realizar testes e certificação de perfeita comunicação entre equipamentos novos e os já existentes no local e o Palácio do Planalto.
- 14) Dispor de todo ferramental necessário à boa execução dos serviços.

15) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Convite.

16) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

17) Prestar esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

18) Prever a execução de todos os serviços necessários à perfeita execução.

II - São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras assumidas neste Contrato:

1) Fornecer crachá de identificação aos empregados da **CONTRATADA**, de uso obrigatório, para acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

2) Permitir livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** às instalações da **CONTRATANTE**, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente identificados e exclusivamente para execução dos serviços.

3) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** com relação ao objeto deste Contrato.

4) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução dos serviços e fornecimento/instalação.

5) Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

A **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização da execução dos serviços, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**Subcláusula Única** - A existência e a atuação da fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto pelo gestor deste Contrato nos documentos hábeis de cobrança:

**Subcláusula Primeira** – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a **CONTRATADA** efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Subcláusula Segunda** - Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível, em nome da Secretaria de Administração da **CONTRATANTE**, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e da Agência.

**Subcláusula Segunda** - Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível, em nome da Secretaria de Administração da **CONTRATANTE**, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e da Agência.

**Subcláusula Terceira** – Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal, com a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**Subcláusula Quarta** - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue, pela **CONTRATADA**, diretamente ao gestor deste Contrato, que somente atestará a execução dos serviços/fornecimento dos materiais e liberará para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

**Subcláusula Quinta** - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à **CONTRATADA**, pelo gestor deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

**Subcláusula Sexta** – No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido da **CONTRATADA**, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida nesta Cláusula, até a data do efetivo pagamento, pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mediante aplicação da seguinte fórmula:

**AF** =  $[(1 + \text{IPCA}/100)^{N/30} - 1] \times \text{VP}$ , onde:

**IPCA** = Percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

**AF** = Atualização financeira;

**VP** = Valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste;

**N** = Número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.

**Subcláusula Sétima** – O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pela **CONTRATANTE** ou mediante a apresentação da documentação obrigatória RECEITA FEDERAL DO BRASIL (CONJUNTA), FGTS e INSS, devidamente atualizada.

**Subcláusula Oitava** - Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à **CONTRATANTE**, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

**Subcláusula Nona** - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

O preço proposto será fixo e irrevogável, conforme legislação vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Contrato será de **45 (quarenta e cinco)** dias a contar da data de sua assinatura, admitida prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos previstos no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários ao atendimento das despesas no valor total de **R\$ .....** (.....), correrão à conta do Programa de Trabalho: 04.122.0750.2000.0001; Natureza da Despesa: 339039.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- 1) Multa de mora, no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, a ser calculada sobre o valor da parcela que der causa, até o limite de 30 (trinta) dias, caracterizando inexecução parcial.
- 2) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela que der causa, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total.
- 3) Advertência.
- 4) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Presidência da República por prazo de até 2 (dois) anos.
- 5) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes decorrido o prazo da sanção aplicada.

**Subcláusula Primeira** - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**Subcláusula Segunda** - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

**Subcláusula Terceira** – O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**Subcláusula Quarta** – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor de Recursos Logísticos da **CONTRATANTE**, devidamente justificado.

**Subcláusula Quinta** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**Subcláusula Sexta** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO**

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este Contrato que, depois de lido e achado de acordo e assinado pelas partes contratantes abaixo, dele sendo extraídas as necessárias cópias que terão o mesmo valor do original.

Brasília/DF,                      de                      2007.

**MARIA DE LA SOLEDAD B. CASTRILLO**  
Diretora de Recursos Logísticos, Interina, da Presidência da República

---

**CONTRATADA**